

# SUMÁRIO

## ▪ CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CRFB/1988.....	22
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 .....	24
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS .....	101
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988 .....	125

## ▪ CÓDIGO PENAL

LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1941.....	158
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL.....	160
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 .....	162
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL .....	225

## ▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

LEI DE INTRODUÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941.....	250
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL .....	251
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 .....	253
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	329

## ▪ CÓDIGO ELEITORAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO ELEITORAL.....	362
CÓDIGO ELEITORAL – LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965 .....	363
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO ELEITORAL .....	401

## ▪ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	406
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.....	407
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	422

## ▪ CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO .....	428
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 .....	429
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.....	480

## ▪ ESTATUTOS

ESTATUTO DO ÍNDIO – LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973.....	488
ESTATUTO DO ESTRANGEIRO – LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980 .....	492
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 .....	493

ESTATUTO DA ADVOCACIA – LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994 .....	530
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 .....	545
ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 .....	555
ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010 .....	562
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 .....	568
<b>▪ CÓDIGO PENAL MILITAR (EXCERTOS)</b>	
CÓDIGO PENAL MILITAR (EXCERTOS) – DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969.....	582
<b>▪ CÓDIGO CIVIL (EXCERTOS)</b>	
CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.....	586
<b>▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (EXCERTOS)</b>	
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 .....	608
<b>▪ DECRETOS-LEIS</b>	
DECRETO-LEI Nº 3.240, DE 8 DE MAIO DE 1941 .....	650
<i>Sujeita a sequestro os bens de pessoas indiciadas por crimes de que resulta prejuízo para a fazenda pública, e outros</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 .....	650
<i>Lei das contravenções penais</i>	
DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942.....	656
<i>Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.</i>	
DECRETO-LEI Nº 6.259, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1944 (EXCERTOS).....	658
<i>Dispõe sobre o serviço de loterias, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 9.215, DE 30 DE ABRIL DE 1946 .....	661
<i>Proíbe a prática ou exploração de jogos de azar em todo o território nacional</i>	
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967 .....	661
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 288, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 .....	663
<i>Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.593, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1977 (EXCERTOS) .....	668
<i>Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados, em relação aos casos que especifica, e dá outras providências.</i>	
<b>▪ DECRETOS</b>	
DECRETO Nº 56.435, DE 8 DE JUNHO DE 1965 .....	672
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.</i>	
DECRETO Nº 61.078, DE 26 DE JULHO DE 1967 (EXCERTOS).....	677
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares.</i>	
DECRETO Nº 154, DE 26 DE JUNHO DE 1991 (EXCERTOS) .....	679
<i>Promulga a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.</i>	
DECRETO Nº 592, DE 6 DE JULHO DE 1992 (EXCERTOS) .....	685
<i>Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação.</i>	
DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992 .....	689
<i>Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.</i>	
DECRETO Nº 1.093, DE 23 DE MARÇO DE 1994.....	700
<i>Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), e dá outras providências.</i>	

DECRETO Nº 3.167, DE 14 DE SETEMBRO DE 1999.....	700
<i>Promulga a Convenção sobre a Prevenção e Punição de Crimes Contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional, inclusive Agentes Diplomáticos, concluída em Nova York, em 14 de dezembro de 1973, com a reserva prevista no parágrafo 2º do art. 13 da Convenção.</i>	
DECRETO Nº 4.410, DE 7 DE OUTUBRO DE 2002 .....	703
<i>Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 29 de março de 1996, com reserva para o art. XI, parágrafo 1º, inciso “c”.</i>	
DECRETO Nº 5.017, DE 12 DE MARÇO DE 2004.....	707
<i>Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.</i>	
DECRETO Nº 5.289, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2004 .....	711
<i>Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 5.912, DE 27 DE SETEMBRO DE 2006.....	713
<i>Regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 5.919, DE 3 DE OUTUBRO DE 2006 .....	715
<i>Promulga a Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua, em 9 de junho de 1993, com reserva à primeira parte do parágrafo 2º do Artigo VII, relativa à redução dos períodos de prisão ou de cumprimento alternativo da pena.</i>	
DECRETO Nº 7.627, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011 .....	717
<i>Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas prevista no Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.</i>	
DECRETO Nº 8.614, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015 .....	717
<i>Regulamenta a Lei Complementar nº 121, de 9 de fevereiro de 2006, para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas.</i>	
DECRETO Nº 8.858, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016.....	720
<i>Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.</i>	
DECRETO Nº 9.199, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017 (EXCERTOS) .....	720
<i>Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.</i>	
DECRETO Nº 9.603, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018 .....	729
<i>Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.</i>	
DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019 .....	732
<i>Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.</i>	
DECRETO Nº 9.875, DE 27 DE JUNHO DE 2019 .....	736
<i>Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual.</i>	
DECRETO Nº 10.030, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.....	737
<i>Aprova o Regulamento de Produtos Controlados.</i>	
DECRETO Nº 10.153, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019 .....	752
<i>Dispõe sobre as salvaguardas de proteção à identidade dos denunciantes de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal direta e indireta e altera o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018.</i>	
DECRETO Nº 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022.....	754
<i>Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013</i>	
DECRETO Nº 11.431, DE 8 DE MARÇO DE 2023.....	757
<i>Institui o Programa Mulher Viver sem Violência.</i>	
DECRETO Nº 11.491, DE 12 DE ABRIL DE 2023 .....	758
<i>Promulga a Convenção sobre o Crime Cibernético, firmada pela República Federativa do Brasil, em Budapeste, em 23 de novembro de 2001.</i>	

DECRETO Nº 11.615, DE 21 DE JULHO DE 2023 .....	769
<i>Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm.</i>	
DECRETO Nº 11.640, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.....	785
<i>Institui o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.</i>	
DECRETO Nº 11.843, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023 .....	787
<i>Regulamenta a assistência à pessoa egressa de que tratam os art. 10, art. 11, art. 25, art. 26 e art. 27 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e institui a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional.</i>	
DECRETO Nº 12.341, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024 .....	789
<i>Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.</i>	
<b>▪ LEIS COMPLEMENTARES</b>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979.....	794
<i>Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990.....	805
<i>Estabelece, de acordo com o Art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993.....	811
<i>Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 7 DE JANEIRO DE 1994.....	839
<i>Cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994.....	840
<i>Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001.....	859
<i>Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2006.....	861
<i>Cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e dá outras providências.</i>	
<b>▪ LEIS ORDINÁRIAS</b>	
LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950.....	864
<i>Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.</i>	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950.....	865
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.</i>	
LEI Nº 1.508, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1951 .....	871
<i>Regula o Processo das Contravenções definidas nos artigos 58 e 60 do Decreto-lei nº 2.259, de 10 de fevereiro de 1944.</i>	
LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951 .....	872
<i>Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.</i>	
LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952.....	874
<i>Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.</i>	
LEI Nº 2.860, DE 31 DE AGOSTO DE 1956.....	874
<i>Estabelece Prisão Especial para os Dirigentes de Entidades Sindicais e para o Empregado do Exercício de Representação Profissional ou no Cargo de Administração Sindical.</i>	
LEI Nº 2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956.....	875
<i>Define e pune o crime de genocídio.</i>	
LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962 (EXCERTOS) .....	875
<i>Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.</i>	

LEI Nº 4.729, DE 14 DE JULHO DE 1965 .....	876
<i>Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965 – LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (REVOGADA PELA LEI Nº 13.869, DE 5.9.2019) .....	877
<i>Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade.</i>	
LEI Nº 5.010, DE 30 DE MAIO DE 1966 (EXCERTOS) .....	880
<i>Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.197, DE 3 DE JANEIRO DE 1967 .....	881
<i>Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.249, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967 .....	883
<i>Dispõe sobre a Ação Pública de Crimes de Responsabilidade.</i>	
LEI Nº 5.256, DE 6 DE ABRIL DE 1967 .....	883
<i>Dispõe sobre a prisão especial.</i>	
LEI Nº 5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968 (EXCERTOS) .....	884
<i>Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.259, DE 30 DE OUTUBRO DE 1975 .....	884
<i>Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976 (EXCERTOS) .....	885
<i>Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.</i>	
LEI Nº 6.453, DE 17 DE OUTUBRO DE 1977 (EXCERTOS) .....	890
<i>Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.538, DE 22 DE JUNHO DE 1978 (EXCERTOS) .....	891
<i>Dispõe sobre os Serviços Postais.</i>	
LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 (EXCERTOS) .....	893
<i>Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.</i>	
LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 (EXCERTOS) .....	895
<i>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.106, DE 28 DE JUNHO DE 1983 .....	898
<i>Define os crimes de responsabilidade do Governador do Distrito Federal, dos Governadores dos Territórios Federais e de seus respectivos Secretários, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.170, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1983 .....	899
<i>Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984 .....	901
<i>Institui a Lei de Execução Penal.</i>	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 .....	922
<i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.437, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1985 .....	923
<i>Inclui, entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951 – Lei Afonso Arinos.</i>	
LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986 .....	925
<i>Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.560, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986 (EXCERTOS) .....	927
<i>Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986 (EXCERTOS) .....	928
<i>Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.</i>	

LEI Nº 7.643, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1987 .....	929
<i>Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989 .....	929
<i>Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.</i>	
LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 .....	931
<i>Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989 .....	934
<i>Dispõe sobre prisão temporária.</i>	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990 .....	934
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990 .....	937
<i>Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.</i>	
LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 (EXCERTOS) .....	940
<i>Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990 .....	942
<i>Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991 .....	944
<i>Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.</i>	
LEI Nº 8.257, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1991 .....	944
<i>Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizam culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 .....	945
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)</i>	
LEI Nº 8.617, DE 4 DE JANEIRO DE 1993 .....	955
<i>Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993 .....	956
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.658, DE 26 DE MAIO DE 1993 .....	966
<i>Dispõe sobre a aplicação, nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, das normas da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, sobre ações penais originárias.</i>	
LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995 .....	966
<i>Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995 .....	967
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995 (EXCERTOS) .....	975
<i>Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996 (EXCERTOS) .....	975
<i>Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996 (EXCERTOS) .....	976
<i>Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.</i>	
LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996 .....	978
<i>Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.</i>	

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (EXCERTOS) .....	980
<i>Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</i>	
LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996 (EXCERTOS) .....	982
<i>Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 .....	983
<i>Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997 .....	986
<i>Define os crimes de tortura e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997 (EXCERTOS) .....	986
<i>Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.</i>	
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 (EXCERTOS) .....	987
<i>Estabelece normas para as eleições.</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 .....	995
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998 .....	1003
<i>Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998 (EXCERTOS) .....	1005
<i>Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998 .....	1009
<i>Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999 .....	1015
<i>Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.</i>	
LEI Nº 9.964, DE 10 DE ABRIL DE 2000 (EXCERTOS) .....	1017
<i>Institui o Programa de Recuperação Fiscal – Refis e dá outras providências, e altera as Leis nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.844, de 20 de janeiro de 1994.</i>	
LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001 .....	1018
<i>Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.</i>	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001 .....	1019
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.</i>	
LEI Nº 10.446, DE 8 DE MAIO DE 2002 .....	1020
<i>Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.</i>	
LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002 (EXCERTOS) .....	1021
<i>Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.684, DE 30 DE MAIO DE 2003 (EXCERTOS) .....	1021
<i>Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.778, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2003 .....	1022
<i>Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.</i>	
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 (EXCERTOS) .....	1023
<i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.</i>	
LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005 .....	1032
<i>Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNbio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro</i>	

de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 .....	1038
<i>Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006 .....	1044
<i>Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 .....	1057
<i>Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.473, DE 10 DE MAIO DE 2007 .....	1059
<i>Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei nº 10.277, de 10 de setembro de 2001.</i>	
LEI Nº 11.671, DE 8 DE MAIO DE 2008 .....	1061
<i>Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008 (EXCERTOS) .....	1062
<i>Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.922, DE 13 DE ABRIL DE 2009 (EXCERTOS) .....	1067
<i>Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera as Leis nº 11.124, de 16 de junho de 2005, 8.427, de 27 de maio de 1992, 11.322, de 13 de julho de 2006, 11.775, de 17 de setembro de 2008, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009 (EXCERTOS) .....	1068
<i>Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 .....	1068
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009 .....	1071
<i>Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011 .....	1072
<i>Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012 .....	1087
<i>Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	
LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012 (EXCERTOS) .....	1096
<i>Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.663, DE 5 DE JUNHO DE 2012 (EXCERTOS) .....	1101
<i>Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nos 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.</i>	

LEI Nº 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012 .....	1101
<i>Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.714, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012.....	1103
<i>Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.</i>	
LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013 .....	1104
<i>Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.</i>	
LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 .....	1104
<i>Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.</i>	
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 .....	1104
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.847, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 .....	1108
<i>Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 .....	1110
<i>Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014 .....	1115
<i>Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.</i>	
LEI Nº 12.984, DE 2 JUNHO DE 2014 .....	1119
<i>Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de aids.</i>	
LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014 .....	1120
<i>Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional.</i>	
LEI Nº 13.111, DE 25 DE MARÇO DE 2015 .....	1120
<i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de os empresários que comercializam veículos automotores informarem ao comprador o valor dos tributos incidentes sobre a venda e a situação de regularidade do veículo quanto a furto, multas, taxas anuais, débitos de impostos, alienação fiduciária ou quaisquer outros registros que limitem ou impeçam a circulação do veículo.</i>	
LEI Nº 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015 .....	1121
<i>Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.</i>	
LEI Nº 13.239, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015 .....	1122
<i>Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.</i>	
LEI Nº 13.254, DE 13 DE JANEIRO DE 2016 .....	1122
<i>Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País.</i>	
LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016 .....	1125
<i>Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.</i>	
LEI Nº 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016 .....	1127
<i>Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.</i>	
LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016 .....	1127
<i>Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 13.428, DE 30 DE MARÇO DE 2017 .....	1129
<i>Altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que "Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País".</i>	

LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017 .....	1130
<i>Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</i>	
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017 .....	1133
<i>Institui a Lei de Migração.</i>	
LEI Nº 13.473, DE 8 DE AGOSTO DE 2017 (EXCERTOS) .....	1145
<i>Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018 (EXCERTOS) .....	1145
<i>Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.</i>	
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 (EXCERTOS) .....	1154
<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)</i>	
LEI Nº 13.756, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018 (EXCERTOS) .....	1161
<i>Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.615, de 24 março de 1998, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.675, de 11 de junho de 2018; e revoga dispositivos das Leis nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, 6.717, de 12 de novembro de 1979, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.649, de 27 de maio de 1998, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 13.155, de 4 de agosto de 2015, da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e dos Decretos-Leis nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e 594, de 27 de maio de 1969, as Leis nº 6.905, de 11 de maio de 1981, 9.092, de 12 de setembro de 1995, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 10.746, de 10 de outubro de 2003, e os Decretos-Leis nºs 1.405, de 20 de junho de 1975, e 1.923, de 20 de janeiro de 1982.</i>	
LEI Nº 13.810, DE 8 DE MARÇO DE 2019 .....	1167
<i>Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.</i>	
LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019 .....	1170
<i>Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.</i>	
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019 .....	1171
<i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 14.069, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020 .....	1176
<i>Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.</i>	
LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020 (EXCERTOS) .....	1176
<i>Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 (EXCERTOS) .....	1178
<i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos.</i>	
LEI Nº 14.188, DE 28 DE JULHO DE 2021 .....	1186
<i>Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.</i>	
LEI Nº 14.192, DE 4 DE AGOSTO DE 2021 .....	1186
<i>Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais.</i>	

LEI Nº 14.228, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 .....	1187
<i>Dispõe sobre a proibição da eliminação de cães e gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021 .....	1187
<i>Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO).</i>	
LEI Nº 14.289, DE 3 DE JANEIRO DE 2022 .....	1188
<i>Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.</i>	
LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022 .....	1189
<i>Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.540, DE 3 DE ABRIL DE 2023 .....	1193
<i>Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.</i>	
LEI Nº 14.541, DE 3 DE ABRIL DE 2023 .....	1194
<i>Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.</i>	
LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (EXCERTOS) .....	1194
<i>Institui a Lei Geral do Esporte.</i>	
LEI Nº 14.701, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023 .....	1208
<i>Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.</i>	
LEI Nº 14.717, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023 .....	1211
<i>Institui pensão especial aos filhos e dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.</i>	
LEI Nº 14.735, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023 .....	1212
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.785, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023 .....	1219
<i>Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999.</i>	
LEI Nº 14.786, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023 .....	1231
<i>Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte).</i>	
LEI Nº 14.811, DE 12 DE JANEIRO DE 2024.....	1232
<i>Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 14.899, DE 17 DE JUNHO DE 2024 .....	1233
<i>Dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para determinar que o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) armazene dados e informações para auxiliar nas políticas relacionadas com o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.</i>	
LEI Nº 14.944, DE 31 DE JULHO DE 2024 .....	1234
<i>Institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais).</i>	

LEI Nº 14.946, DE 31 DE JULHO DE 2024 .....	1241
<i>Institui normas aplicáveis a atividades especiais nacionais.</i>	
LEI Nº 14.967, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024.....	1246
<i>Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 15.134, DE 6 DE MAIO DE 2025 .....	1254
<i>Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 12.694, de 24 de julho de 2012, e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para reconhecer como atividade de risco permanente as atribuições inerentes ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública e garantir aos seus membros e aos oficiais de justiça medidas de proteção, bem como recrudescer o tratamento penal destinado aos crimes de homicídio e de lesão corporal dolosa contra eles e os membros da Advocacia Pública, desde que no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição.</i>	
LEI Nº 15.142, DE 3 DE JUNHO DE 2025 .....	1255
<i>Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.</i>	
<b>▪ REGIMENTOS INTERNOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES</b>	
REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF .....	1258
REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ.....	1287
<b>▪ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR</b>	
PORTARIA/SVS Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998 (EXCERTOS) .....	1330
<i>(Publicada em DOU nº 91, de 15 de maio de 1998; republicada em DOU nº 93, de 19 de maio de 1998; republicada em DOU nº 251, de 31 de dezembro de 1998; republicada em DOU nº 21, de 01 de fevereiro de 1999)</i>	
<i>Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.</i>	
RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2012 – DO SENADO FEDERAL.....	1337
<i>Suspende, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, a execução de parte do § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.</i>	
PORTARIA Nº 75, DE 22 DE MARÇO DE 2012.....	1337
<i>Dispõe sobre a inscrição de débitos na Dívida Ativa da União e o ajuizamento de execuções fiscais pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.</i>	
RESOLUÇÃO CNMP Nº 181, DE 7 DE AGOSTO DE 2017 (EXCERTOS) .....	1338
<i>Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público.</i>	
PORTARIA MJSP Nº 770, DE 11 DE OUTUBRO DE 2019.....	1343
<i>Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 484, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022 .....	1344
<i>Estabelece diretrizes para a realização do reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais e sua avaliação no âmbito do Poder Judiciário.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 487, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2023.....	1346
<i>Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei nº 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança.</i>	
<b>▪ SÚMULAS</b>	
SÚMULAS VINCULANTES .....	1354
SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	1355
SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	1360
SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE.....	1367
SÚMULAS DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS.....	1369
ÍNDICE REMISSIVO DAS SÚMULAS DO STF E DO STJ .....	1370